

Juventude rural e políticas públicas no Brasil

Maria José Carneiro*
Maíra Martins**

A preocupação em traçar diretrizes e formular políticas públicas para a juventude é relativamente recente no Brasil. A partir do Governo Lula surgem medidas mais incisivas como a criação, em 2005, da Secretaria Nacional da Juventude, ligada diretamente à Presidência da República, com o objetivo de elaborar políticas voltadas para a população jovem. Uma das iniciativas mais importantes dessa Secretaria foi a institucionalização do Conselho Nacional da Juventude composto por 2/3 de representantes da sociedade civil (diversas entidades, organizações e movimentos sociais do campo e da cidade) e 1/3 de representação governamental. Essas iniciativas ocorrem no contexto de um intenso debate promovido por entidades representativas da juventude, urbana e rural, em torno de questões relativas ao papel do jovem na sociedade, seus direitos e reivindicações. A percepção da juventude como significativa parcela da população diretamente atingida pelos dramas sociais que vivemos hoje como o desemprego, violência e criminalidade, evasão escolar, embora se reflita nas ações governamentais, pode ser entendida como parte de um processo social de reconhecimento e construção de um novo ator social.

A importância desse reconhecimento pode ser percebida pela inclusão do tema da juventude em diferentes instâncias governamentais o que tem resultado em alguns programas direcionados para esse público como é o caso do Consórcio Nacional da Juventude Rural – fruto de uma associação entre governo federal e entidades representativas dos trabalhadores rurais com objetivo de capacitar os jovens “em situação de vulnerabilidade pessoal e risco social” para o mercado de trabalho. Nessa direção, os Consórcios complementam as atividades promovidas pelo Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, vinculado ao Ministério de Trabalho e do Emprego, que atende os jovens entre 16 e 24 anos. Além de frequentarem aulas de formação básica e uma oficina de capacitação profissional, os alunos têm direito ao recebimento de uma bolsa de R\$ 120,00 por mês e, em contrapartida, prestam serviços comunitários. Por outro lado, são fixadas, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, metas de inserção dos jovens no mercado de trabalho, ao fim do curso. O diferencial desse programa é ser uma política descentralizadora e baseada na parceria governo e entidades sociais e empresariais, órgãos públicos, órgãos de representação dos trabalhadores e movimentos sociais, que gerenciam o programa em cada estado. Cada Consórcio deve ter a sua rede composta por, no mínimo dez entidades e/ou movimentos sociais e/ou organizações da juventude legalmente constituídos, há no mínimo um ano, e, quando possível, por instituições do poder público, do setor empresarial, e/ou organismos de financiamento e cooperação.

Contudo, as principais políticas orientadas para a juventude rural são: o programa complementar a reforma agrária intitulado “Nossa Primeira Terra” e a linha de investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para

* Antropóloga, professora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

** Cientista Social, aluna do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

os jovens (Pronaf-Jovem) que visam gerar renda, estimular a instalação do jovem em um estabelecimento agrícola e reduzir o êxodo rural.

O “Nossa Primeira Terra” consiste no financiamento para aquisição de terras como parte do programa nacional de crédito fundiário. O público alvo são os filhos de agricultores e estudantes de escolas agrotécnicas, e de Escolas Família-Agrícola, com idade entre 18 e 24 anos. Os mesmos devem estar organizados em alguma associação para que possam adquirir crédito. No entanto, os filhos de proprietários de terras maiores que três módulos fiscais¹ não poderão ser beneficiários do programa. O prazo de pagamento é de até 17 anos com taxas de juros entre 3,0 e 6,5% a.a., de acordo com o valor financiado.

O “Pronaf-Jovem” é uma linha de financiamento para o desenvolvimento de atividades agrícolas ou investimentos no campo. Também está orientado para os jovens entre 16 e 25 anos e que estejam cursando escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenham no mínimo 100 horas de curso técnico ou estágio. O limite de financiamento é de até R\$ 6 mil (US\$ 3000), com juros de apenas 1% ao ano, com até 10 anos para quitação e cinco de carência. No entanto, os representantes das organizações de jovens rurais reclamam da burocracia excessiva e dos critérios de seleção dos beneficiários que dificultam o acesso ao crédito por grande parte da população rural jovem que não frequenta escolas técnicas agrícolas.

No campo da educação destaca-se ainda o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), uma política do Governo federal, executada pelo INCRA (Instituto Nacional da Reforma Agrária) e o MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário), em parceria com as organizações dos trabalhadores rurais e movimentos sociais, bem como instituições públicas de ensino, governos municipais e estaduais. O objetivo do programa é ampliar a escolarização dos trabalhadores assentados da reforma agrária dentro de uma perspectiva pedagógica que valoriza o contexto social ao qual se orienta. Propõe e apóia projetos de educação em todos os níveis de ensino, para jovens e adultos, visando combater o analfabetismo e capacitar educadores e coordenadores locais como multiplicadores e organizadores das atividades nas comunidades. Apesar de não ser um programa voltado exclusivamente para jovens, estes são a maioria dos atendidos.

O Consórcio Social da Juventude Rural, criado também em parceria com organizações sindicais e o governo, é um programa também voltado para a capacitação de jovens rurais. Ainda que sejam considerados pelo próprio governo e lideranças sindicais como uma ação compensatória, que não solucionará o problema da falta de formação e de capacitação da mão de obra juvenil, o ponto positivo dessas duas iniciativas está no fato de que foram resultado de uma ação conjunta entre governos e organizações sindicais e que sustentado em uma gestão compartilhada. No caso do Consórcio Social da Juventude Rural, o governo faz o repasse de recursos para a Comissão Nacional de Jovens da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) executarem o programa através de suas comissões estaduais. No entanto, a execução desse programa encontra sérias dificuldades de operacionalização devido aos procedimentos burocráticos no repasse da verba. Na visão dos responsáveis por traçar, pela primeira

¹ Módulo fiscal é uma medida de área de estabelecimentos rurais que varia segundo os municípios e que serve de referência para a classificação do imóvel rural para fins de selecionar beneficiários de políticas públicas.

vez no país, uma política para a juventude rural, é institucionalizar procedimentos que garantam um controle social da utilização de recursos.

As organizações representativas dos trabalhadores rurais se dividem no que se referem à política de crédito fundiário ao jovem rural. De um lado estão aquelas (CONTAG e FRETAF) que apóiam a iniciativa do governo como uma alternativa para a reforma agrária, sobretudo em áreas que não são passíveis de desapropriação. Essas entidades defendem a organização de uma juventude rural e políticas específicas para o jovem no campo e reivindicam prioritariamente um programa de educação, bem como políticas de esportes e cultura no campo. Cabe ressaltar que essas organizações e muitas outras do campo compõem o Conselho nacional da juventude. No entanto, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) assim como a Via Campesina não participam desse Conselho. O MST é mais crítico em relação às políticas públicas para juventude, sobretudo ao programa “Nossa primeira terra”, pois considera que este implicaria no endividamento dos jovens para adquirir terras. Essa organização reafirma a defesa da reforma agrária ampla, para além de uma medida compensatória e entende os problemas referentes da juventude rural como problemas referentes a toda a sociedade e ao momento histórico que vivemos, do qual as políticas não podem estar dissociadas.

Nas palavras de um jovem líder do MST por ocasião de um seminário realizado pelo CPDA/UFRRJ, no Rio de Janeiro, em maio do ano passado²,

“O MST compreende política pública para a juventude no âmbito da reforma agrária como, uma política de distribuição de terra. (...) E nós compreendemos uma política de distribuição de terra como um processo onde o estado intervêm na desapropriação (de terras) para garantir que todas as famílias tenham terra no Brasil. E temos uma posição extremamente contrária à apresentada pelo governo porque nós somos contra o “Nossa Primeira Terra”, por entendermos que parte da juventude vai para o “Nossa Primeira Terra” porque o Estado não tem capacidade de fazer um processo de reforma agrária e distribuir terra sem que as pessoas tenham que se endividar para conseguir um pedaço de terra. (...) Essa condição dada para o jovem conseguir terra (através de crédito), geralmente cria o “*meu primeiro jovem endividado*”, porque dificilmente ele vai ter condições de pagar o crédito, pagar a terra. Então essa é uma política pública que o MST não recomenda em nenhuma de nossas instâncias, por compreendermos que isso possivelmente não vai contribuir, a curto prazo, para uma verdadeira política pública (de reforma agrária). Então, o nosso principal elemento é que o Estado intervenha com seus instrumentos e distribua terra como forma de resolver a questão da reforma agrária” (João Paulo, liderança jovem do MST) .

“Mantendo a crítica às iniciativas governamentais, o MST, através de seu representante, chama a atenção para os limites do sistema de crédito contido no Pronaf Jovem. Apesar dos avanços em relação a governos anteriores, lembra que “pensar crédito na avaliação do MST não é simplesmente o custeio da produção para resolver um problema emergencial” mas também “é pensar uma política de agroindústria aonde se consiga garantir que o jovem (...) possa no meio rural criar um mecanismo de resolver o problema da renda através da industrialização de seus produtos, através de mecanismo de cooperação, através de resolver problemas de comercialização de parte de sua

² [Seminário Nacional “Juventude Rural em Perspectiva”, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2 a 4 de maio de 2006.](#)

produção agrícola. Então, (a política de) o crédito tem de resolver o problema do custeio, mas tem que resolver o investimento como um todo para criar mecanismos para as pessoas permanecerem ali (no campo), e, ao mesmo tempo, pensar uma perspectiva de industrialização de sua produção agrícola”

Em relação ao Programa Nacional de Educação Rural (o PRONERA) as críticas vão na direção de elaborar uma nova matriz tecnológica para o campo que esteja articulada a um programa de educação específico para o campo e que leve em conta as necessidades de cada assentamento. Reconhecendo os avanços já alcançados através de algumas experiências desse programa, entende-se que tal projeto de educação e de capacitação técnica deva integrar um Plano Nacional de Reforma Agrária.

Em síntese, movimentos sociais como o MST e a Via Campesina não reconhecem que o tema da juventude rural deva ser discutido de forma independente já que há problemas transversais tanto no universo juvenil (rural e urbano) como no meio rural em seu conjunto. Como lembra o mesmo líder, João Paulo, no mesmo evento mencionado acima, “Todos os nossos assentamentos de áreas rurais, de uma forma ou de outra, se relacionam com a juventude dos pequenos municípios do país, e as demandas são as mesmas e os problemas são os mesmos. Portanto, nós precisamos discutir juventude como um todo, tanto no meio rural, como no meio urbano”. Essa visão é informada pela necessidade de se levar em conta as questões que são comuns a uma classe social. Nesses termos, os problemas enfrentados pela juventude rural não podem ser resolvidos por políticas voltadas apenas para esse segmento social, já que entende-se que “a nossa juventude tem que ajudar a fazer o debate sobre a luta contra a guerra e a luta anti-imperialista nesse país.”

Um dado relevante é a reivindicação, cada vez mais presente nos fóruns de discussão e de mobilização política dos jovens rurais, da intervenção pública no sentido de criar programas voltados para a promoção de atividades culturais e de lazer para os jovens rurais. É um dado novo e relevante o fato de que os jovens, hoje em dia, não queiram mais ser obrigados a migrarem para a cidade para ter acesso à educação, trabalho, lazer ou atividade cultural. Entendem que têm o mesmo direito de jovens urbanos e reivindicam acesso a esses bens no próprio meio rural.

Como podemos constatar, temos assistido, hoje no Brasil, a um processo de mobilização social e política, *sobre e a partir* da juventude, que se expressa nas pesquisas realizadas em âmbito nacional, encontros de jovens de partidos políticos, movimentos sociais e sindicais do campo e da cidade. Estamos diante de um debate muito rico e de uma crescente mobilização da juventude rural que apontam para novos rumos de construção da cidadania no meio rural.